



Rádio Peão

MINAS REJEITA PROPOSTA DO TST PARA ACORDO COLETIVO E APROVA GREVE

Mais uma vez, a categoria petroleira de Minas não recuou diante das ameaças de retirada de direitos do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Em assembleias realizadas entre 8 e 17 de outubro, os trabalhadores da Regap, Termelétrica Aureliano Chaves e Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro rejeitaram com mais de 70% dos votos a proposta do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e aprovaram uma greve a partir de 26 de outubro. Somente os empregados da Termelétrica de Juiz de Fora votaram pela aprovação da proposta e contra a greve.

O resultado das assembleias em Minas reflete também a posição da categoria petroleira nas demais unidades da Petrobrás. Em quase todas as bases, o resultado foi o mesmo: rejeição da proposta e aprovação de greve como única saída para garantir a manutenção dos direitos dos trabalhadores.

Esse resultado deve ser levado por representantes da FUP e da FNP ao TST até o dia 22 de outubro.



Foto: Mídia Ninja

Atualmente, os trabalhadores ainda estão sob as regras do ACT 2017/2019. Porém, a partir do dia 23, a empresa já anunciou a opção de acordos individuais para os trabalhadores de nível superior com remuneração acima de R\$ 11,678 e a transição gradual para as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para os demais empregados.

Nesta sexta-feira (18), dirigentes dos sindicatos filiados à FUP estão reunidos em Conselho Deliberativo no Rio de Janeiro para traçar estratégias

para a greve da categoria.

Proposta do TST

O texto apresentado pelo TST aos petroleiros retira inúmeros direitos, onera a categoria e deixa os trabalhadores inseguros diante das privatizações na Petrobrás.

Entre outras coisas, a proposta altera a validade do ACT de dois para um ano; contempla apenas os trabalhadores da holding, deixando de fora as demais empresas do sistema Petrobrás; altera o pagamento de horas extras (criando um banco de

horas e reduzindo o percentual das horas extras); acaba com os programas educacionais; e permite a mudança no regime de turno sem discussão com sindicatos e trabalhadores.

Além disso, a proposta altera o índice utilizado para reajuste da AMS. Em vez de utilizar o INPC ou o IPCA (tradicionalmente utilizados), o TST propõe o cálculo a partir do Variação de Custos Médico-Hospitalares (VCMH) - que em 2018 ficou pelo menos cinco vezes maior que os índices acima citados e que medem inflação.

GT PETROS DISCUTE PROPOSTA ALTERNATIVA AO PED COM NOVO PRESIDENTE DA PETROS

Representantes da FUP e demais entidades que integram o Grupo de Trabalho (GT) da Petros tiveram na última terça-feira (15) a primeira reunião com o novo presidente da Fundação, Bruno Dias. O objetivo foi discutir a implementação da proposta construída pelo GT para substituir o atual Plano de Equacionamento do Déficit (PED) dos Planos Petros do Sistema Petrobras (PPSP repactuados e não repactuados).

O relatório final do GT da Petros está há meses aguardando análise da diretoria da Petrobrás. “De forma inédita, o novo presidente da Petros procurou e abriu o diálogo com os conselheiros eleitos e com os representantes das principais entidades da categoria petroleira, o que

culminou nessa reunião do GT da Petros”, explicou o diretor da FUP, Paulo César Martin, um dos representantes da entidade no GT.

“Participamos da reunião na tentativa de viabilizar o trâmite da proposta do GT na Petrobrás e agilizar para que tenhamos a proposta alternativa antes de um novo equacionamento”, esclareceu.

Paulo César avalia como “extremamente positiva” a reunião com o presidente da Petros. “Ele apresentou uma série de alternativas à proposta do GT que, a princípio, podem viabilizar e agilizar a implantação da nossa proposta”.

Nessa quinta-feira (17), os representantes dos trabalhadores no GT da Petros discutiram com as demais entidades de



participantes e assistidos os ajustes propostos pelo presidente da Fundação. E, no dia 22 de outubro, o Grupo volta a se reunir para fazer os ajustes necessários na proposta, na tentativa de que seja aprovada ainda este ano.

Equacionamento

Neste mês de outubro, todos os participantes e assistidos do Plano

Petros do Sistema Petrobras (PPSP) tiveram descontos referentes ao Plano de Equacionamento do Déficit (PED). Isso porque, em setembro, uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu todas as liminares das ações coletivas ou individuais relacionadas às contribuições extraordinárias decorrentes do Plano.

ASSÉDIO: GERÊNCIA DA REGAP CORTA INTERNET DE OPERADORES

Na semana passada, os trabalhadores da Regap foram surpreendidos com o corte do acesso à internet nas unidades operacionais. O caso se deu justamente em meio às assembleias de rejeição da proposta do Tribunal Superior do Trabalho (TST) para o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria e, às vésperas do início da

greve dos petroleiros - marcada para acontecer a partir de 26 de outubro.

Em um primeiro momento, a atitude partiu da gerência do Hidrotratamento e Coque (HC), ao que tudo indica, em uma clara perseguição aos trabalhadores do setor tendo em vista que esse já é um comportamento recorrente por parte do gerente local. Entre-

tanto, a medida agora se ampliou por outras áreas - agora, com o aval da gerência geral da Regap.

“Não é de hoje que a gerência da Regap assediava os operadores e tenta criar um clima de terror na refinaria. É a mesma gerência que ameaçou supervisores e tentou emplacar o voto por procuração nas últimas assembleias. São também

os mesmos responsáveis por ameaçar aplicar advertências para grupos inteiros de turno, além de implementar novas regras para as dobras - o que tem provocado sobrecarga de trabalho. Esses gerentes têm lado e querem nos desmobilizar. A nossa resposta será dada na greve”, disse o diretor do Sindipetro/MG, Felipe Pinheiro.